

EDUCAÇÃO DO CAMPO EM CLASSES MULTISSERIADAS: UMA PRÁTICA DOCENTE MULTIFACETADA

AIRAN CELINA SEPÚLVEDA DOS SANTOS ROCHA DE ABREU

Mestrado pelo Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí- UFPI, airande-abreu@gmail.com;

RESUMO

A educação do campo é a educação realizada aos/com/para sujeitos do campo, devendo acontecer prioritariamente no seu ambiente natural de origem, porém, para que assim se realize, existem inúmeras contingências, em grande parte devido à situação de negligência que as populações do campo historicamente vivenciam. Uma das contingências são os agrupamentos encontrados nas escolas do campo, como as classes multisseriadas, que para estas, é proposto como uma das soluções a nucleação escolar que não apresenta uma organização satisfatória e muitas vezes não atende às necessidades específicas dessa população. Conclui-se que a formação inicial e continuada dos professores que trabalham em classes multisseriadas no campo, constitui-se um aporte necessário à prática docente e aprendizagens discentes, assim como também infere-se que a nucleação escolar, pode ser uma alternativa para se proporcionar melhores condições de trabalho docente e aprendizagens discentes, desde que seja realizada com o rigor e responsabilidade necessária atendendo às necessidades particulares dessas populações, bem como condições de segurança e preservação da cultura local, o que efetivamente não vem acontecendo.

Palavras-chave: Educação do Campo, Multisseriação, Nucleação Escolar.

INTRODUÇÃO

A Educação do campo reúne as condições de existência dos povos do campo, as experiências dessas populações e o conhecimento científico produzido pela humanidade e, para que efetive-se, é importante aproximações e articulações desses elementos incluindo e ampliando essa organização curricular.

Segundo a Resolução nº 2 de 28 de abril de 2008, a educação do campo, compreende:

[...] a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. (2008, p. 1)

As escolas localizadas no campo, muitas vezes são espaços escolares negligenciados pelo poder público, sucateados e estruturalmente incoerentes com a proposta de uma educação de qualidade, que perpassa por condições estruturais, materiais e pedagógicas alinhadas.

Uma das consequências desse descaso é a existência de agrupamentos escolares de crianças, seja pelas condições estruturais da escola – tamanho pequeno, pela demanda de alunos – poucos alunos em cada série/ano, situações apontadas como justificativa quanto à inviabilidade de um professor para grupos pequenos de alunos; seja pela quantidade de professores encaminhados para as escolas no campo – geralmente poucos professores, situações essas, que servem de justificativa, apesar de não o serem, a organização de crianças de diferentes séries e idades na mesma turma sob a orientação educativa de apenas um docente, sem existir um planejamento específico que direcione esse agrupamento.

A multisseriação ainda é muito frequente em escolas localizadas no campo e constitui-se agrupamentos de crianças de séries/anos diferentes na mesma sala de aula, o que torna o trabalho docente uma prática exaustiva, pois potencializa por 2, 3, 4 ou mais seu planejamento e execução de aula, tendo que planejar para diferentes turmas, apresentar o conteúdo e acompanhar a aprendizagem dessas crianças de séries/anos diferentes ao mesmo tempo.

A nucleação escolar surgiu como uma possível solução à multisseriação, compreendendo a centralização dos alunos em escolas-núcleo em comunidades maiores do campo, abrangendo os alunos que vivem nessa comunidade e em comunidades próximas, ou entre o campo e a zona urbana, através do uso intensivo do transporte escolar, possibilitando a seriação escolar intracampo ou entre o campo e a cidade, porém, muitas vezes esse deslocamento não atende às medidas de segurança necessárias, seja em termos do ônibus escolar em si apresentar má conservação, como também a ausência de monitores no ônibus para fiscalizar o transporte das crianças, assim como as desfavoráveis condições das estradas e vias utilizadas para realização desse transporte. Importante destacar também que essa proposta desloca os alunos de sua comunidade e muitas vezes desenraiza-os de suas tradições, costumes e cultura, pois, os mesmos serão imersos em contextualidades diferenciadas das suas.

A partir da problemática: quais são os principais desafios encontrados pelos docentes em classes multisseriadas no campo? o artigo propõe-se a identificar os principais desafios vivenciados pelos docentes que trabalham em classes multisseriadas em escolas do campo. Em sua metodologia o texto configura-se como uma revisão de literatura, situadas por Severino (2013, p. 106) como “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” Neste estudo contou-se como aporte teórico textos de autores que problematizam e discutem a temática pesquisada, a partir das contribuições de Evangelista (2017), Hage (2012), Janata e Anhaia (2015), Oliveira e Oliveira (2017) além da Resolução nº 2 de 2008 que institui as Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

A organização desta pesquisa está composta por dois tópicos, além desta Introdução e das Considerações Finais, sendo estes: Educação do Campo e classes multisseriadas e Educação do Campo, classes multisseriadas e a proposta da nucleação escolar.

1. EDUCAÇÃO DO CAMPO E CLASSES MULTISSERIADAS

A Educação do campo, é muito importante para as crianças e para a comunidade residente nesse espaço, pois oportuniza a possibilidade das crianças realizarem os estudos em seu local de origem, sem a necessidade de deslocamento para a cidade, preservando a sua cultura e a contextualidade

de suas experiências. Porém, embora se reconheça essa importância também é sabido que as escolas localizadas no campo são historicamente marginalizada pelas políticas públicas educacionais, sendo tratadas como uma política compensatória, muitas vezes descontextualizadas da realidade do campo, ao geralmente partir de uma proposta urbana de ensino para ser aplicada no campo e também pela escassez de recursos estruturais e materiais necessários aos processo de ensino e de aprendizagem

A realização de “adaptações” e “criatividade” é frequente para o docente conseguir atingir os objetivos educacionais planejados, em vista da realidade encontrada nessas escolas, seja no âmbito da organização dos recursos materiais disponíveis, seja na esfera pedagógica, muitas vezes em consequência da ausência dessa organização estrutural.

Uma organização em forma de agrupamento de alunos muito encontrada no Campo são as classes multisseriadas, compreendidas por Oliveira e Oliveira (2017, p. 63) como:

[...] essa organização dos espaços e tempos pedagógicos tem como objetivo, principalmente, atender a necessidades educativas dos alunos e também os arranjos formais dos sistemas de ensino. São formadas, sobretudo, em locais onde há poucos alunos nas séries escolares que moram em localidades/comunidades rurais distantes de escolas sedes, que agregam o maior número de alunos. Outro dado importante é que em uma mesma classe são encontrados alunos com diferentes idades e diferentes etapas de escolaridade e nível de aprendizagem.

As escolas com classes multisseriadas padecem e resistem, apesar dos pouquíssimos investimentos das políticas públicas no que se refere a essa organização educacional, o que acabou contribuindo para uma visão social negativa quanto ao nível de qualidade educacional dessas escolas.

A Resolução N° 2º de 28 de abril de 2008, normatiza que “Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental.” (2008, p. 2), assim, por conceber inapropriado, causador de prejuízos educacionais e sobrecarga de trabalho docente, essa Resolução (2008), proíbe esse tipo de organização pedagógica.

Mas apesar disso é importante considerar que as classes multisseriadas podem ainda ser consideradas, como uma forma de resistência da Educação do/no campo, mesmo uma educação que apresenta limitações em questões materiais, humanas e pedagógicas, pois, muitas dessas escolas sobrevivem

dos restos materiais da zona urbana e que em termos pedagógicos há uma alta rotatividade de docentes, geralmente são os professores contratados que são encaminhados para o campo, muitos ainda em processo de formação, o que contribui para a descontinuidade dos projetos implementados e falta de qualificação dos profissionais que atuam no campo, principalmente nestas classes.

Para os professores que trabalham em classes multisseriadas no campo, as condições de trabalho são muito complexas e desestimulantes, ficando ainda mais difícil um planejamento didático que vincule as ações didático-pedagógicas ao projeto de vida das populações do Campo, por serem muitos afazeres e cobranças exigidas ao docente, que terá que assumir diferentes turmas concomitantemente.

Hage (2011, p. 100) ratifica:

Os professores das escolas ou turmas multisseriadas enfrentam muitas dificuldades para organizar seu trabalho pedagógico em face do isolamento que vivenciam e do pouco preparo para lidar com a heterogeneidade de idades, séries e ritmos de aprendizagem, entre outras que se manifestam com muita intensidade nessas escolas ou turmas. Sem uma compreensão mais abrangente desse processo, muitos professores do campo organizam o seu trabalho pedagógico sob a lógica da seriação, desenvolvendo suas atividades educativas referenciados por uma visão de “ajuntamento” de várias séries ao mesmo tempo, que os obriga a elaborar tantos planos de ensino e estratégias de avaliação da aprendizagem diferenciadas quantas forem as séries com as quais trabalham, envolvendo, em determinadas situações, estudantes da pré-escola e do ensino fundamental concomitantemente.

A organização e execução do trabalho docente muitas vezes resume-se a estratégias de sobrevivência, diante dos múltiplos interesses dos sujeitos envolvidos (professor e alunos), estratégias essas, que constituem a elaboração de objetivos mínimos de aprendizagem de forma homogeneizadora e a busca pelo seu alcance.

O trabalho nestas classes é potencializadamente mais complexo, até mesmo para os docentes mais experientes que já vivenciaram a dinâmica destas classes, pois eles com o tempo adquirirão a sua forma pessoal de planejar, manejar a turma e incentivar as crianças em suas aprendizagens, porém, os discentes não serão os mesmos, sendo produtos da sociedade e da sua comunidade de origem, desta forma, o perfil dos alunos é variável e

comunga com os valores sociais e históricos de cada época. Comenta Hage (2011, p. 100-101):

Como resultado dessas situações, os professores se sentem angustiados e ansiosos, demonstram insatisfação, preocupação, sofrimento e, em alguns casos, até desespero por pretenderem realizar o trabalho da melhor forma possível e se considerarem perdidos, impotentes para cumprir as inúmeras tarefas administrativas e pedagógicas que devem executar ao trabalhar em uma escola ou turma multisseriada [...].

Importante frisar que apesar da existência histórica das classes multisseriadas e de diferentes trabalhos ao longo do tempo apontarem sua existência e os desafios para sua efetivação, pouco se discute acerca das classes multisseriadas e isso reflete o grau de relevância que é dada a essa organização de ensino e de aprendizagem em todos os âmbitos: nacional, regional, estadual e municipal, porém, essa postura de uma forma geral não é positiva, principalmente porque deixar de se discutir não significa que não existam, e nem que está próxima a sua extinção e, ao mesmo tempo, se por um lado não se discute, pouco se pode contribuir com o trabalho dos docentes que trabalham nessas classes, muitas são as críticas, porém são poucas as contribuições de fato a esses profissionais e às crianças que dependem desse ensino.

Uma grande contribuição aos docentes que trabalham em classes multisseriadas no campo, constitui-se o desenvolvimento de formações que atendam às necessidade do “chão da escola” nesta especificidade, sendo contempladas desde a formação inicial até a formação continuada.

2. EDUCAÇÃO DO CAMPO, CLASSES MULTISSERIADAS E A PROPOSTA DA NUCLEAÇÃO ESCOLAR

A nucleação escolar consiste na remoção de crianças que residem no campo, geralmente em pequenas comunidades, onde nesses lugares realizam sua existência em termos de convivência com pares e adultos, aprendizagens escolares, contato com a natureza, brincadeiras, dentre outros e, por conta da pouca demanda de estudantes nessas escolas do campo, propõe-se a construção de escolas-núcleo em comunidades com maior quantidade populacional agregando os estudantes das pequenas comunidades, sendo viabilizado o deslocamento diário das crianças de suas comunidades para as

escolas-núcleo em outras comunidades ou na zona urbana por meio do uso de forma intensiva do transporte escolar.

As comunidades do campo, ao qual é proposta a nucleação, geralmente contam com classes multisseriadas, por conta da pouca quantidade de alunos por turma ou em virtude da insuficiente quantidade de turmas nas escolas.

A nucleação apesar de favorecer a seriação escolar, sendo este o objetivo principal propagado, contribui para um afastamento das crianças de suas raízes culturais e da diversidade cultural das famílias e da comunidade que fazem parte, afinal, cada comunidade no campo possui características únicas, experiências, costumes e culturas específicos, sendo uma especificidade dentro da diversidade de campos existentes, como corrobora Barbosa e Fernandes (2013, p. 307):

A defesa do não desenraizamento das crianças, mais presente na EC [Educação do Campo], e a da necessidade de facilitar o acesso pelas dificuldades de deslocamento com crianças muito pequenas, da EI [Educação Infantil], constituem um ponto em comum. A ausência de um transporte escolar seguro e o tempo que as crianças podem dispende nestes trajetos levam a considerar prioritária a proximidade física entre a escola e a família. (grifos nossos)

As condições do transporte escolar, geralmente precárias, indicam ausência de responsabilidade e compromisso com a educação, com a segurança das crianças e denota o grau de valorização que a educação do/no campo ocupa, muitas vezes não interessando em saber as condições de conservação dos ônibus que farão o transporte das crianças e nem oferecendo infraestrutura com relação às estradas que serão usadas para fazer esse transporte diário. Janata e Anhaia (2015, p. 691) tecem críticas ao processo de nucleação escolar a o afirmarem que:

Embora a nucleação tenha ocorrido sob o argumento de elevação da qualidade do ensino com a concentração dos alunos e a separação em turmas seriadas, de acordo com as idades e níveis de escolarização, isso não se verificou. O que aconteceu foi uma redução no investimento na educação dos trabalhadores do campo e a substituição das escolas/ classes multisseriadas pelo transporte escolar, de condição precária, trafegando em estradas mal conservadas.

A Resolução N° 2° de 28 de abril de 2008, no Artigo 3°, normatiza que a modalidade da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental “serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.”, ainda defende que caso haja demanda quanto à nucleação, nos anos iniciais do Ensino Fundamental deve existir a participação das comunidades interessadas na definição do local e até a possibilidade do percurso à escola ser realizado a pé. Com relação aos anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio a mesma Resolução (2008) afirma que a nucleação pode ser a melhor solução desde que haja diálogo entre as comunidades atendidas.

Prevê-se também nesta Resolução (2008) que a prioridade é que haja o deslocamento, se necessário, de alunos entre o campo e o próprio campo, ou seja, intracampo, procurando evitar-se que o deslocamento para as crianças estudarem seja realizado entre o campo e a cidade, fazendo com que as crianças permaneçam ao máximo no campo porque quando as crianças se deslocam para estudar na cidade acabam perdendo parte de sua identidade de camponês e ainda segundo Evangelista “[...] tem contato com vários vícios da cidade e podem deixar de frequentar as aulas para aproveitar os espaços de lazer.” (2017, p. 56), o que conseqüentemente pode contribuir para o êxodo rural ou a mobilidade populacional.

É importante também destacar que a nucleação e o uso do transporte escolar devem levar em conta as condições das estradas, vias e ônibus escolares, sabe-se que as vias do meio rural, muitas vezes estão em péssimas condições de tráfego ou são intrafegáveis, com muito mato, buracos, lama, barrancos, oferecendo perigos para os transeuntes, assim como também deve ser observado as condições de conservação dos veículos utilizados para fazer o transporte das crianças. A presença de um monitor escolar é essencial para auxiliar, cuidar e contribuir na organização das crianças durante o trajeto da sua comunidade para a escola e da escola para a comunidade.

Pensar e planejar a educação do campo é uma proposta educacional e política que deve não somente ser anunciada pelas autoridades competentes como forma de se redimir diante dos preconceitos e invisibilidades a que se delegou às populações do Campo historicamente, tentando se concertar os erros do passado, mas que deve ser implementada como forma de possibilitar meios educacionais de desenvolvimento humano e construir um futuro digno a essa população, já que isso não é doação, mas um direito adquirido, por mais que tenha sido ocultado.

Realizar a nucleação ou não, é uma medida séria e que deve ser tomada com responsabilidade, principalmente se, se pensar efetivamente nas condições de ensino e de aprendizagem das crianças e jovens do campo que possuem limitações históricas quanto a diversas dimensões da sua existência e a educação pode ser entendida como uma forma de emancipação, possibilidade de autonomia e superação dessas limitações além do fato da educação ser um direito de todos.

A baixa oferta da educação, a nucleação e a multisseriação são condições que precarizam a educação do campo, é preciso mudar essa realidade.

É direito dos pais ou responsáveis matricular seus filhos em escolas localizadas no Campo ou na cidade, na sua comunidade ou em outra, porém, a forma como está sendo organizado o processo de nucleação e a oferta de vagas nas escolas, apresenta-se como um tipo de imposição de como as coisas são obrigadas a acontecer. Fecham-se escolas na justificativa de se acabar com as classes multisseiadas e a promessa de oferta de um ensino com mais qualidade e apresentam o ônibus escolar como a única alternativa para que as crianças e jovens possam estudar, muitas vezes sequer sem consultar a comunidade quanto a essa mudança.

Porém, não se pode perder de vista que o fortalecimento da democracia e a redução das desigualdades são primordiais e atravessadas pelo direito à educação, uma educação de qualidade seja no campo ou na cidade, que dê condições e meios de escolha e não como uma imposição autoritária de como as coisas têm de acontecer. É preciso conhecer e reconhecer a diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação do campo possui especificidades próprias em virtude do seu contexto de realização, abarcando em sua organização os conhecimentos universais e as experiências de vida, produção, contradição e existência dos diferentes povos que habitam nesse espaço geográfico. A consideração a esse preceito é fundamental para que haja efetivamente uma educação do campo para os povos do campo e não uma transposição de uma educação urbana para o campo.

Pensar a educação que é realizada no campo remete às dificuldades encontradas às crianças e docentes nas escolas do campo, geralmente de cunho material, com a ausência de recursos didático-pedagógicos, mas também de cunho pedagógico através de organizações e agrupamentos

realizados não a partir de conhecimentos pedagógicos e proposta didática específica de ensino e aprendizagem, mas por conta das contingências encontradas nesses espaços, como a organização de agrupamentos de diferentes turmas sob a tutela de apenas 1 professor, como as classes multisseriadas, que apesar de fazerem parte da história da educação do país, apresentam muitas fragilidades na sua execução, comprometendo o trabalho pedagógico docente e a aprendizagem das crianças, geralmente por não contar com orientações específicas sobre como o professor deve proceder no desenvolvimento da sua aula, assim, sozinho e com inúmeras turmas concommitantes para ensinar, potencializa seu trabalho de uma forma extenuante.

Uma solução possível a essa situação é a proposta da nucleação escolar, com a construção de escolas-núcleo em comunidades maiores, visando atender às necessidades escolares das crianças e adolescentes que vivem em comunidades menores e próximas, sendo realizado intracampo ou o completo deslocamento dessas crianças de pequenas comunidade para a zona urbana, através do uso intensivo do transporte escolar.

Porém, para a nucleação acontecer atendendo essa prerrogativa de seriação, melhores condições de trabalho docente e avanço nas aprendizagens, é necessário que haja uma estruturação em termos de possibilitar segurança e atendimento às necessidades específicas dessas crianças e adolescentes que serão deslocados de sua comunidade, “desenraizando-se” de seus costumes, tradição e produção material e imaterial.

O ideal é que as crianças e adolescentes estudem nas suas próprias comunidades, comungando dos valores próprios de seu povo, com a devida organização estrutural das escolas assim como também com a oferta de condições de trabalho dignas aos docentes e aprendizagem aos discentes, nisso incluem a formação desses profissionais para trabalharem nesse contexto diferenciado, para que possam efetivamente articular a realidade do campo aos conhecimentos produzidos pela humanidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB n. 02/2008. **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Brasília, DF: [2008]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

EVANGELISTA, J. C. S. **O direito à educação no campo**: superando as desigualdades. 1. ed. – Curitiba: Appris, 2017.

HAGE, S. Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino. **Rev. Em Aberto**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. v. 1, n. 1 – Brasília: 2012. p. 97-113.

JANATA, N. E. ANHAIA, E. M. de. Escolas/Classes Multisseriadas do Campo: reflexões para a formação docente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, 2015. p. 01. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/edreal/2015nahead/2175-6236-edreal-45783.pdf>. Acessado em 19 jul. 2021.

OLIVEIRA, M. R. D. de. OLIVEIRA, N. do S. da S. Prática e docência em classes multisseriadas. IN: ANTUNES, H. S. SOUZA, E. C. de. (orgs.). **Formação e trabalho docente em contexto rural**: diálogos teórico-metodológicos. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2017. (61-86).

SEVERINO. A. J. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. -- 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em 02 set. 2021.